

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.734 - PR (2019/0221171-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA**
ADVOGADOS : **DANIEL BRENNEISEN MACIEL - PR040660**
 SAMIR BRAZ ABDALLA - PR031374
 RAFAEL FERNANDO PORTELA - PR054780
 CLEVERSON TUOTO BENTHIEN E OUTRO(S) - PR045001
RECORRIDO : **CONDOMÍNIO III CONJUNTO RESIDENACIL JARDIM DAS**
 ARAUCÁRIAS
ADVOGADO : **LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ E OUTRO(S) - PR005560**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO MEDIANTE APRECIÇÃO EQUITATIVA DO MAGISTRADO. IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS DO ART. 85, § 2º, DO CPC/2015. FIXAÇÃO COM BASE NO PROVEITO ECONÔMICO AUFERIDO PELA PARTE VENCEDORA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por Companhia de Habitação Popular de Curitiba contra decisão que, nos autos da ação de cobrança ajuizada por Condomínio III Conjunto Residencial Jardim das Araucárias, julgou extinto o feito, sem resolução de mérito, com relação à agravante, determinando o prosseguimento da ação quanto ao corréu Francisco de Assis Ziliarski. O Magistrado condenou, ainda, o demandante ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

A Nona Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná deu parcial provimento ao agravo para fixar os honorários advocatícios devidos em prol do procurador da agravante em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

O acórdão está assim ementado (e-STJ, fls. 43-50):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS - EXTINÇÃO DO FEITO COM RELAÇÃO À AGRAVANTE POR ILEGITIMIDADE PASSIVA (EXCLUSÃO DE LITISCONSORTE) - PROSSEGUIMENTO DA DEMANDA COM RELAÇÃO AO CORRÉU - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ESTABELECIDOS SOBRE O VALOR DA

Superior Tribunal de Justiça

CAUSA - IMPOSSIBILIDADE - DEMANDA PROPOSTA SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 - INOBSERVÂNCIA AOS PARÂMETROS DO ARTIGO 292, PARÁGRAFO 1º, DA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL VIGENTE - UTILIZAÇÃO DO PROVEITO ECONÔMICO PARA A BASE DE CÁLCULO DA VERBA QUE IMPLICARIA EM REMUNERAÇÃO EXACERBADA DO PROCURADOR - VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA - NECESSÁRIA APRECIACÃO EQUITATIVA E FIXAÇÃO EM VALOR FIXO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

A Companhia de Habitação Popular de Curitiba interpõe recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando divergência jurisprudencial e violação ao art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que os honorários advocatícios devem ser fixados com base no proveito econômico obtido, sendo inviável, no caso, seu arbitramento mediante a equidade.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, a Segunda Seção do STJ firmou o entendimento de que o juízo de equidade na fixação dos honorários advocatícios somente pode ser utilizado de forma subsidiária, quando não presente qualquer hipótese prevista no § 2º do art. 85 do CPC/2015.

Assinala-se que o CPC/2015 tornou a fixação dos honorários sucumbenciais mais objetiva, de modo que deverá ser adotado uma ordem de preferência, qual seja, o valor da condenação, quando esta estiver presente, o valor do proveito econômico obtido pelo vencedor, quando este puder ser constatado, ou o valor atualizado da causa. Assim, somente quando inviável a aplicação de algum desses parâmetros é que a verba sucumbencial será arbitrada segundo a apreciação equitativa do Magistrado.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUITADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E

8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp n. 1.746.072/PR, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Relator para o acórdão Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019)

Superior Tribunal de Justiça

No caso dos autos, a fixação dos honorários mediante apreciação equitativa do Magistrado não deve prevalecer, pois é possível verificar o proveito econômico auferido pela ora recorrente, de modo que os honorários sucumbenciais deverão observá-lo.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para condenar o ora recorrido ao pagamento dos honorários sucumbenciais, os quais fixo em 10% sobre o proveito econômico auferido pela recorrente, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

